

- 1) JUSTIFICATIVA:** Com o Programa de Vendas em Balcão, o governo permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais em igualdade de condições àquelas obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de leilões públicos.

Tal permissiva, em síntese, traduz o reconhecimento de que as condições financeiras e estruturais dos pequenos compradores impõem-lhes permanentes limitações quanto a um suprimento regular de insumos, necessários à manutenção de seus negócios. A falta de capital de giro, incluindo o acesso ao crédito, não permite que os pequenos criadores rurais tenham condições de manter estoques de insumos, tornando-os vítimas das flutuações e oportunismo do mercado. Com a sistematização de ofertas regulares de insumos às propriedades rurais de pequeno porte, assegura-se um contínuo processo de alavancagem de um dos mais representativos segmentos da economia nacional. Propicia-se, assim, a geração de renda e empregos, sobretudo nas áreas rurais mais necessitadas, inibindo, em consequência, o êxodo populacional para os grandes centros urbanos.

Diante de tal premissa, torna-se imperativo que o benefício do Programa se estenda às entidades voltadas para o desenvolvimento desse segmento agropecuário, como as instituições públicas e privadas voltadas para a pesquisa (prefeituras, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa), e também aos varejistas de pequeno porte.

- 2) AMPARO LEGAL:** O Programa de Vendas em Balcão tem o seu ordenamento e amparo legal nos seguintes instrumentos:

- a) Portaria Interministerial MAPA/MF N.º 182, de 25/08/1994 (em seu artigo 19, estabelece as condições para as vendas diretas dos estoques públicos);
- b) Artigo 19, da Lei N.º 10.696, regulamentada pelo Decreto N.º 4.772, ambos de 02/07/2003, sendo a Lei citada alterada pela Lei N.º 12.512, de 14/10/2011, a qual é regulamentada pelo Decreto N.º 7.775, de 04/07/2012, e deliberações da Diretoria Colegiada quanto às ações do Programa de Aquisições de Alimentos (PAA);
- c) Portaria Interministerial MF/MAPA N.º 38, de 09/03/2004.

**3) OBJETIVOS:**

- a) viabilizar o acesso dos criadores e das agroindústrias de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio de vendas diretas;
- b) garantir, de forma contínua e sistematizada, o suprimento regular de insumos, por meio da disponibilização de estoques oficiais a preços de mercado e compatíveis com os praticados em leilões públicos, com a perspectiva de apoiar e estimular a pequena produção rural;
- c) propiciar, também, às entidades de pesquisa que contribuem para o desenvolvimento do setor, o acesso a esses estoques, nas mesmas condições de suprimento.

**4) CLIENTELA:**

- a) pequenos criadores (suinocultores, avicultores, bovinocultores, caprinocultores, ovinocultores, bubalinocultores (búfalos) e coturnicultores (codornas)) e agroindústrias de pequeno porte (moinhos coloniais e fracionadores de arroz) que sejam detentores da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) ou que, embora não a possuam, atendam aos seguintes critérios:
  - a.1) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, ou, ainda, conforme possibilita o Cadastro Técnico do Programa, na condição de assentado ou inquilino da propriedade/estabelecimento;

## TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016

- a.2) residam na propriedade/estabelecimento indicada(o) no Cadastro Técnico do Programa ou em local próximo à(a) ela/ele;
- a.3) não disponham, a qualquer título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor;
- a.4) não possuam renda bruta anual oriunda da(o) atividade (estabelecimento) superior à R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil);
- b) varejistas filiados à Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos (REFAP), observada a linha de comercialização constante no Manual de Operações da Conab (MOC), TÍTULO 24, e na Norma Programa de Vendas em Balcão – Código 40.202;
- c) secretarias estaduais e municipais de agricultura, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa voltados para a pesquisa e desenvolvimento do setor no qual se insere o público-alvo descrito na alínea “a” anterior;
- d) federações de agricultura e pecuária, sindicatos rurais, associações de classe e cooperativas (todos prepostos dos beneficiários diretos: criadores e agroindústrias de pequeno porte) voltadas para o atendimento do público-alvo descrito na alínea “a” anterior, para o caso exclusivo de retirada do produto vendido.

**NOTA:** A inclusão/atendimento de entidades e/ou segmentos não discriminados acima serão objeto de análise e deliberação pela SUPAB (Superintendência de Abastecimento Social)/DIRAB (Diretoria de Operações e Abastecimento), e, se for o caso, serão detalhadas em Norma Interpretativa da Conab (NIC). O cadastramento/atendimento das agroindústrias de pequeno porte e das secretarias estaduais e municipais de agricultura, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa também deverão ser objeto de análise e deliberação prévias das SUPAB.

As vendas em balcão são restritas aos criadores denominados “independentes”, “semi-integrados” ou “autônomos”.

- 5) ÁREA DE ABRANGÊNCIA:** Todo o território nacional, observada as exigências da demanda e a disponibilidade estratégica de estoques, considerando:
- a) necessidade de intervenção do governo, seja pela insuficiência de oferta ou pela prática de preços incompatíveis com a capacidade de compra dos clientes do Programa;
  - b) disponibilidade de estoques públicos nas áreas de consumo ou alternativa de reposicionamento desses estoques quando armazenados em outras áreas;
  - c) necessidade de fornecimento caracterizado por demandas pontuais em cumprimento a acordos, contratos e convênios.
- 6) OPERACIONALIZAÇÃO:** A operacionalização do Programa de Vendas em Balcão aos clientes beneficiários ficará sob responsabilidade da Conab, a qual deverá observar as seguintes diretrizes:
- a) **Oportunidade da Venda** – as intervenções do governo no mercado, por meio das Vendas em Balcão, contemplam os interesses da produção, da oferta e do consumo, observadas as seguintes diretrizes gerais:
    - a.1) o Programa é passível de implementação nos períodos de pressão da demanda, quando não houver suplementos regulares e, de modo geral, quando forem identificadas elevações de preços que os tornem incompatíveis com a capacidade de compra dos clientes do Programa, principalmente em períodos de entressafra;

## TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016

- a.2) o Programa é passível de ativação automática nos períodos e para as áreas ou regiões em que o governo estiver realizando ofertas públicas de estoques em Bolsas de Mercadorias, podendo ser mantido enquanto permanecerem as mencionadas ofertas;
- a.3) desde que existam razões de mercado que justifiquem a referida operação em uma área ou região específica, mesmo que não esteja ocorrendo oferta pública de estoques em Bolsas de Mercadorias;
- a.4) pode, ainda, a qualquer tempo, ser executado nos casos específicos e justificados, havendo disponibilidade de estoques, por força de acordos, contratos e convênios, conforme disposto nas alíneas anteriores;
- b) **Locais da Venda:**
  - b.1) em unidades próprias da Conab, identificadas como Unidades Armazenadoras (UAs), as quais, além de armazenarem os produtos, também coordenam as atividades de cadastramento do cliente, expedição da Guia de Recolhimento da União (GRU) e/ou emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) de venda visando à retirada dos produtos nos depósitos indicados;
  - b.2) no caso da operação ocorrer em armazéns de terceiros, a Superintendência Regional é responsável pela operacionalização do Programa, de modo que a coordenação das atividades de cadastramento do cliente, a expedição da GRU e a emissão do Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE) ou da Nota Fiscal Eletrônica (NFe) sejam realizadas na sede da Superintendência Regional e encaminhadas aos armazéns depositários para a retirada do produto;
- c) **Origem dos Estoques** – produtos agrícolas originários dos estoques públicos, registrados como Aquisição do Governo Federal (AGF), Contrato de Opção e Próprio e/ou produtos originários da Agricultura Familiar;
- d) **Pauta de Produtos e Limites de Compra** – os produtos e as respectivas quantidades máximas por cliente/mês são os seguintes:
  - d.1) Milho em grãos: 14 t (Centro-Oeste, Norte e Nordeste) e 27 t (Sul e Sudeste);
    - d.1.1) Os limites de compra do milho em grãos indicados acima poderão ser alterados por meio de instrumentos próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do Conselho Interministerial de Estoques Públicos de Alimentos (CIEP). Caso ocorram alterações, a SUPAB informará a todas as Superintendências Regionais, via Comunicação Interna (CI), assim que estas forem publicadas oficialmente;
  - d.2) Arroz em casca: 100 t;
  - d.3) Trigo em grãos: 50 t;
  - d.4) Castanha de caju: 10 t (embalagem: 1.000 unidades);
  - d.5) Feijão: 3 t;
  - d.6) Farinha de mandioca: 2 t;
  - d.7) Farinha de trigo: 600 kg;
  - d.8) Leite em pó: 600 kg;
  - d.9) Sorgo: 10 t;
  - d.10) Açúcar: 2 t;

## TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016

d.11) Arroz beneficiado: 5 t;

d.12) Castanha-do-brasil: 10 t.

**NOTAS:** O sorgo e o milho em grãos e seus respectivos limites de compra destinam-se aos criadores de pequeno porte e às secretarias estaduais e municipais de agricultura, universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa voltados para a pesquisa e desenvolvimento do setor no qual se inserem os criadores e as agroindústrias de pequeno porte.

O arroz em casca, o trigo em grãos, a embalagem, o sorgo e a castanha de caju e seus limites de compra correspondentes destinam-se às agroindústrias de pequeno porte.

O feijão, a farinha de mandioca, a farinha de trigo, o leite em pó, o açúcar, o arroz beneficiado e a castanha-do-brasil e seus respectivos limites de compra são destinados, exclusivamente, aos varejistas filiados à REFAP.

Para as Regiões Sul e Sudeste é autorizado o cadastramento de clientes cujo plantel declarado atinja o consumo de até 54 (cinquenta e quatro) toneladas/mês de milho em grãos, consumo auferido no preenchimento do “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”, Documento 1 deste Título, limitando sua aquisição em até 27 (vinte e sete) toneladas de milho/mês.

Para as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste é autorizado o cadastramento de clientes cujo plantel declarado atinja o consumo de até 28 (vinte e oito) toneladas/mês de milho em grãos, consumo auferido no preenchimento do “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”, limitando sua aquisição em até 14 (quatorze) toneladas de milho/mês.

A inclusão de outros produtos, bem como alterações nos quantitativos máximos por cliente deverão ser objeto de notas técnicas devidamente fundamentadas e aprovadas por Voto específico da Diretoria Colegiada e/ou por meio de Portarias Interministeriais/Resoluções para as excepcionalidades tais como emergência/seca ou outros fatores definidos em instrumentos específicos.

e) **Acondicionamento do Produto** – havendo necessidade de o produto ser previamente acondicionado, as aquisições de embalagens devem ser efetuadas, prioritariamente, observando o tipo de invólucro que apresente o menor custo individual e o seu benefício para o Programa. A aquisição de tipo(s) diferente(s), por condições mercadológicas, tais como disponibilidade do produto, sazonalidade de preços ou outras, deverá ser precedida por justificativa fundamentada e aprovada, via Voto específico, pela Diretoria Colegiada da Conab;

f) **Cadastramento** – para participar do Programa, o cliente deverá realizar, previamente, seu registro no Sistema de Cadastro Nacional de Produtores Rurais (SICAN), Público do PAA, Cooperativas, Associações e demais Agentes. Este Sistema pode ser acessado pelo sítio da Conab: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) /Produtos e Serviços /Cadastro de Produtor Rural e Demais Agentes.

Após este registro prévio, o cliente poderá ser cadastrado pela Conab nas suas Unidades Armazenadoras ou em local indicado por ela, com registro de sua identificação, endereço e qualificação de suas atividades em escala de produção/consumo (valem as referências dos órgãos de extensão rural e/ou das entidades de classe, inclusive na ausência de documento que comprove a atividade do cliente). Nesta ocasião, o cliente manifesta sua intenção de compra, bem como presta as demais informações solicitadas no formulário “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”, Documento 1 deste Título, onde constam instruções para preenchimento.

## **TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO**

**COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016**

O cadastro deverá ser submetido à entidade de classe, sindicatos ou órgãos de extensão rural, que atestarão a veracidade das informações do mesmo.

Por ocasião do cadastramento, e quando se tratar de bovinocultura, será necessário a apresentação, e anexação ao Cadastro Técnico, de comprovante de vacinação do rebanho contra a febre aftosa ou documento similar, o qual deverá estar sempre atualizado conforme a legislação estadual/municipal em vigor. Caso o comprovante esteja desatualizado, o cliente ficará impedido de realizar compras até que regularize a situação.

No caso de espólio, é possível o inventariante realizar a compra dos produtos disponibilizados pelo Programa, desde que lhe seja concedida autorização judicial para tanto, conforme determina o Art. 992, IV, do Código de Processo Civil, e esta seja anexada ao seu Cadastro Técnico.

Nas localidades/UF em que a Conab não detenha Unidades Armazenadoras ou sua capilaridade é limitada, o criador procurará sua entidade representativa (sindicatos, associações, cooperativas e federações), ficando esta responsável pelo cadastramento individual dos beneficiários por ela representados, bem como pelo seu encaminhamento à Superintendência Regional da Conab no Estado.

O cliente deverá informar, no “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”, campos 29 e 29.1, o número do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e as coordenadas geográficas de sua propriedade, respectivamente, de acordo com as legislações vigentes.

Para as entidades de pesquisa (universidades, escolas técnicas e centros de pesquisa) a serem integradas ao Programa por meio de acordos, contratos e convênios, o cadastro se efetivará no corpo dos correspondentes instrumentos.

**NOTAS:** O registro no SICAN será obrigatório para participação no Programa de Vendas em Balcão a partir de um ano da data de publicação desta Norma.

É vedado a participação direta de qualquer dirigente ou empregado como beneficiário de operações da Conab ou em transferência voluntária da União, bem como do respectivo cônjuge ou companheiro e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o 2.º grau, sob pena de demissão, respeitado o contraditório e a ampla defesa, em cumprimento ao Voto DIRAB N.º 71, de 26/11/2012, aprovado na REDIR N.º 1.070, de 05/12/2012, e à Lei N.º 12.813, de 16/05/2013.

É vedado o cadastramento de criador que exerça atividade comercial de produtos que fazem parte do Programa, exceto o do filiado à REFAP.

Os Cadastros deverão ser revalidados no período máximo de um ano, mediante a apresentação da documentação comprobatória do cliente, sob pena de inviabilizar sua participação no Programa de Vendas em Balcão.

Os cadastros também deverão ser revalidados, a qualquer tempo, mediante recomendações da Superintendência de Fiscalização de Estoques (SUFIS) ou da SUPAB, quando das visitas técnicas de assessoramento realizadas por esta área.

A Conab, levando em consideração a oportunidade e a conveniência, procederá à fiscalização “in loco”, na propriedade do beneficiário, com o objetivo de averiguar as informações prestadas no “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”, bem como de verificar a destinação do produto adquirido.

O formulário “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO” está disponível na Intranet /Normas e Documentos /Formulários /Abastecimento; na Intranet/ Normas e Documentos /Manual de Operações – MOC /Documento 1 do Título 22; ou, ainda, no sítio da Conab na Internet ([www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)), aba de Produtos e Serviços /Programas de Abastecimento Social /Programa de Vendas em Balcão;

## TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016

- g) **Habilitação** – os clientes somente serão habilitados no Programa de Vendas em Balcão após o seu cadastramento em uma das Unidades Armazenadoras da Conab indicadas e o preenchimento de todas as informações estabelecidas no formulário “CADASTRO TÉCNICO – PROGRAMA DE VENDAS EM BALCÃO”;
- h) **Preço da Venda** – compatível com o do mercado atacadista, posicionando-se em níveis que não tenham comportamento concorrencial ao segmento vendedor tradicionalmente constituído, observadas as seguintes diretrizes:
- h.1) o preço de venda não pode ser inferior ao preço médio ponderado de fechamento do último leilão público do produto, realizado pela Conab no Estado onde ocorrerá a venda em balcão;
  - h.1.1) o preço será mantido até a ocorrência do próximo leilão e, no máximo, por 30 (trinta) dias corridos;
  - h.2) no caso de não ter ocorrido leilão nos últimos 30 (trinta) dias corridos, o preço a ser praticado não poderá ser inferior ao preço constante na publicação “Acompanhamento Semanal de Preços”, editada pela Conab e de circulação pública;
  - h.2.1) nos casos excepcionais previstos na NOC 40.202, Capítulo III, Subtítulo VII, Item 1, a.1.1), o preço de venda poderá ser o preço de composição ao atacado.
  - h.3) excepcionalmente, no cálculo do preço de venda, poderão ser considerados ágios e deságios por tipo, safra, localização e embalagem, em relação às especificações do produto leiloado;
  - h.4) em situações emergenciais, o preço de venda do produto poderá ser estabelecido através de Portarias Interministeriais ou outros instrumentos específicos.

**NOTA:** O produto deverá ser entregue ao comprador no armazém onde estiver depositado, correndo por sua conta, em todos os casos, as despesas com o transporte do mesmo até sua propriedade. Quando se tratar de armazéns de terceiros, correrão, ainda por conta do comprador, as despesas com retirada (braçagem). Por sua vez, nos armazéns próprios, estas despesas correrão por conta da Conab.

- i) **Forma de Pagamento** – por tratar-se de operação direta, as Vendas em Balcão são para pagamento à vista, mediante prévio recolhimento dos valores correspondentes à quantidade adquirida, em conta corrente específica, indicada pela Conab quando da emissão da Guia de Recolhimento da União (GRU).

No caso das vendas a entidades públicas, serão facultados pagamentos na modalidade “a prazo”, cujas garantias se darão por meio de notas de empenho de despesas;

- j) **Emissão de GRU** – com base nos normativos vigentes e no preço de venda previamente estabelecido, a Conab expede ao comprador a Guia de Recolhimento da União (GRU). Após o pagamento, no Banco do Brasil, dos valores correspondentes à GRU, o cliente deve retornar à Unidade da Conab, para o recebimento da correspondente Nota Fiscal de venda.

As GRUs emitidas pelo próprio comprador fora das regras estabelecidas pela Conab, neste caso entendidos os valores, os prazos e as cotas, serão de inteira responsabilidade do emitente, eximindo a Conab da obrigação de concretizar a venda.

## TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO

COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016

Nos casos de venda de produto armazenado em Unidades de terceiros, é facultado à Superintendência Regional responsável pela operacionalização do Programa estabelecer que a relação entre a Conab e os beneficiários seja realizada por meio de sua entidade de classe representativa. Esta se responsabilizará pelo encaminhamento das solicitações de intenção de compra por adquirente, posterior recebimento das respectivas Guias Recolhimento da União e sua disponibilização aos beneficiários para que estes efetuem o pagamento.

No caso das entidades públicas cadastradas e integradas por meio de convênios, a Guia de Recolhimento da União (GRU) será emitida, fazendo constar, no seu corpo, a observação de que o produto destina-se a atendimento de convênio, encontrando-se, portanto, previamente liberado;

- k) **Retirada do Produto** – de posse da Nota Fiscal de venda, o cliente se apresenta ao armazém indicado para retirada do produto adquirido, a qual será processada pelo registro da entrega na primeira via e retenção da segunda via do documento fiscal.

As Superintendências Regionais/Unidades Armazenadoras somente emitirão as Nota Fiscal Eletrônica (Nfe) com a presença do adquirente e/ou representante legal para a retirada do produto.

Deverá ser exigido do comprador ou procurador legal, no momento da retirada do produto, a apresentação de documento pessoal com foto, bem como que assine o DANFE de comprovação da entrega da mercadoria com assinatura idêntica à constante no documento apresentado.

As Notas Fiscais, além do endereço, deverão ser emitidas com os mesmos dados constantes das GRUs. Em ambos os documentos constarão, obrigatoriamente, o nome e o CPF/CNPJ do comprador e do transportador da mercadoria, conforme orientado pela área fiscal, tributária e contábil da Companhia.

Nas hipóteses em que ocorrer a emissão do DANFE ou da NFe de venda na sede da Superintendência Regional ou outra Unidade indicada, esta disponibilizará tal documento ao armazém detentor do estoque, em até 5 (cinco) dias úteis após a confirmação do efetivo pagamento do produto, devendo o adquirente se apresentar diretamente à Unidade Armazenadora detentora do estoque para a sua retirada. Para todos os efeitos, a entrega do produto será processada em uma única vez, comprovada mediante a emissão à Conab, pela Unidade Armazenadora detentora do estoque, da respectiva Nota Fiscal de Retorno Simbólico de mercadoria, passando a ser de responsabilidade do beneficiário adquirente, além das despesas previstas na Nota e na alínea “h” do item 6 deste Título, as despesas relacionadas à armazenagem do produto nas quinzenas subseqüentes.

Tanto nas Unidades Armazenadoras próprias quanto nas Unidades Armazenadoras de terceiros, na impossibilidade de proceder à retirada do produto pessoalmente, faculta-se ao cliente outorgar poderes a um representante, especificamente para este fim, por meio de Procuração Particular, com assinatura reconhecida em Cartório.

Alternativamente, poderá o cliente utilizar-se de “MINUTA DE PROCURAÇÃO PARA RETIRADA DE PRODUTO”, disponibilizada pela Conab, Documento 2 deste Título. Nesta ocasião, comparecerá, juntamente com o outorgado (representante), à Unidade da Conab na qual se encontra o seu Cadastro, onde apresentarão Carteira de Identidade e documento do Cadastro de Pessoa Física (CPF) e assinarão a referida procuração perante empregado da Companhia. A procuração original deverá ser arquivada na pasta de cadastro ou juntada ao processo do cliente cadastrado. Deverão, ainda, ser tiradas 2 (duas) cópias, sendo uma entregue ao outorgante (cliente) e, outra, ao outorgado (representante).

A procuração para a retirada do produto deverá ser individual e renovada anualmente, contado o prazo a partir da data de sua emissão.

## **TÍTULO 22 – PROGRAMA DE ABASTECIMENTO SOCIAL – VENDAS EM BALCÃO**

**COMUNICADO CONAB/MOC N.º 007, DE 15/04/2016**

O preposto (federação de agricultura e pecuária, sindicato rural e associação de classe da categoria ou similar) dos beneficiários (criador rural e agroindústria de pequeno porte) somente poderá retirar o produto em nome dos mesmos, após o cadastramento individual destes e a correspondente habilitação pela Conab.

- 7) RESPONSABILIDADE:** Atendidas as diretrizes básicas traçadas nos itens anteriores, é facultado à Conab implementar o Programa de Vendas em Balcão. A decisão quanto a sua implementação deverá observar os princípios básicos da legalidade, impessoalidade, lisura e transparência em todas as etapas do Programa. Na ocorrência de fatos incompatíveis com os normativos do Programa, deverão ser adotados os procedimentos previstos na Resolução Conab N.º 014, de 22/07/2002 e na Norma Apurações Disciplinares – 10.401.
- 8) INFRAÇÕES E FATOS QUE CARACTERIZAM DESVIO DOS OBJETIVOS E FILOSOFIA DO PROGRAMA E PENALIDADES:** As infrações e fatos que caracterizam desvio dos objetivos e filosofia do Programa e as penalidades correspondentes estão descritas nas “CONSTATAÇÃO DE IRREGULARIDADES”, Documento 3 deste Título.